

2

Sociedade de risco / Sociedade de controle

2.1

Sociedade de risco: violência / insegurança

Vislumbrando o processo histórico brasileiro em meados da década de 80, século XX, tem-se que o processo de redemocratização e a volta ao exercício de um Poder Civil gerou grandes expectativas no tocante à efetividade da proteção aos direitos humanos e ao verdadeiro exercício de uma cidadania plena a todos os brasileiros. Prevaleceu, nesse momento, a ilusão de que o fim do regime militar, somado à reconstrução de instituições políticas e, ainda, a vitalidade dos movimentos sociais seriam fatores capazes de controlar e extinguir as incivildades, o arbítrio e o autoritarismo com os quais a sociedade brasileira já há muito estava acostumada a conviver.

A ordem constitucional democrática brasileira, no entanto, não assegurou cidadania tampouco a plenitude das práticas democráticas para grande parte da população brasileira, permitindo, ao contrário, que prevalecesse a violência física, a discriminação, a corrupção, o crescimento da criminalidade e das brutalidades policiais, os maus-tratos, a tortura e um sistema penal que acaba por centrar sua atuação na significativa maioria dos casos contra uma população pobre e miserável¹.

É exatamente nessas duas últimas décadas do século XX que o discurso sobre o medo da violência² e do crime passa a fazer parte da vida social e política trazendo conseqüências como a legitimação das transformações das relações

¹ Neste aspecto, consoante o disposto por ZALUAR (2006:210), “[...] o processo de redemocratização coincidiu com a dramática transformação na organização transnacional do crime, que afetou principalmente as regiões metropolitanas e, nelas, os bairros populares e as favelas. A entrada dos cartéis colombianos e das máfias ligadas ao narcotráfico, principalmente o da cocaína, trouxe para o país as mais modernas armas de fogo, que foram distribuídas entre os jovens traficantes e ‘aviões’ [...]”. Além disso, segundo a mesma autora, as pessoas consequentemente ficaram “[...] mais isoladas dentro de suas casas e de suas famílias devido à falta de previsibilidade e segurança, causada não só pela crise econômica e a inflação, mas também pela desconfiança, o medo e a violência.” (ZALUAR, 2006:219)

² O medo segundo MALAGUTI BATISTA (2003,20), “[...] corrói a alma” e a difusão deste torna-se “[...] mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social” (MALAGUTI BATISTA, 2003,51)

sociais para com os espaços públicos e estruturação de padrões de segregação espacial.³

O medo da sociedade contemporânea, segundo SOARES (2003), não é ilusório. Diferentes razões levam a um quadro nacional de insegurança extremamente grave, como por exemplo,

(a) a magnitude das taxas de criminalidade e a intensidade da violência envolvida; (b) a exclusão de setores significativos da sociedade brasileira, que permanecem sem acesso aos benefícios mais elementares proporcionados pelo Estado Democrático de Direito, como liberdade de expressão e organização, e o direito trivial de ir e vir. (c) a degradação institucional a que se tem vinculado o crescimento da criminalidade: o crime se organiza, isto é, penetra cada vez mais nas instituições públicas, corrompendo-as, e as práticas policiais continuam marcadas pelos estigmas de classe, cor e sexo. (SOARES, 2003)

Tais padrões de violência, crime e pânico generalizado podem ser vistos claramente neste início do século XXI, principalmente nos grandes centros urbanos, como os ataques do PCC que vitimaram São Paulo, em maio de 2006⁴, o brutal assassinato do menino João Hélio Fernandes na cidade do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2007⁵ e o terror espalhado pelas brigas de gangue pelas ruas da Savassi⁶, em Belo Horizonte – MG, também no início de 2007, citando poucos dos muitos exemplos reais que são, a cada dia, divulgados pelos meios de comunicação.

Além disso, é importante ressaltar que a violência na sociedade contemporânea, não só nas grandes capitais brasileiras, mas em todo o mundo, se apresenta como uma realidade presente, passando a atuar como um conceito central no que tange ao entendimento de relações sócio-políticas, da vida social e cultural⁷. A violência deixa de ser, como em meados da década de 70 do século

³ Ainda sobre o medo, ALVES (2007) dispõe que “na era da globalização, também o medo foi difundido no seio das nações, de um modo geral, passando a participar do espetáculo diário, nos jornais e na televisão, seja nas ruas de Bagdá, nos trens de Madrid, nas escolas de Beslan ou nas favelas do Rio de Janeiro. Todos os homens temem e muitos são os motivos dos medos de hoje. Embora o medo primordial seja o medo da morte, também temos a violência, as guerras, as doenças, o terror, o outro, o conhecido e o desconhecido.”

⁴ DAMIANI (2006)

⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. *Criança morre depois de ser arrastada por carro durante assalto*. 08 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u131469.shtml>. Acesso em: 31 mai. 2007.

⁶ FURTADO (2007)

⁷ “[...] assaltante já se tornou um nome comum e popular para o medo ambiente que assola nossos contemporâneos; e assim a presença ubíqua dos assaltantes tornou-se crível e o temor de ser assaltado, amplamente compartilhado.” (BAUMAN, 2001:109)

XX, um conjunto de códigos esperados, utilizados para o alcance de uma finalidade específica. Não há mais a ligação entre ação violenta e consecução de objetivos determinados uma vez que, já na década de 90, a violência passa a se expressar sem objetivos aparentes⁸.

Dessa forma, a violência se generaliza sem balizamentos conhecidos, expande-se por muitos espaços da sociedade sem uma causa determinada ou aparente. E, assim, pode-se dizer que a violência hoje penetra de forma latente os meios de comunicação em massa, os espaços públicos e privados, os bairros periféricos das grandes cidades, as instituições educacionais, os transportes (DORNELLES, 1999: 42)⁹, toda a vida cotidiana das sociedades contemporâneas, trazendo uma era de insegurança e de medo.

Assim, segundo ZALUAR (2006, 214),

[...] o crime nas ruas, especialmente o crime violento, é hoje uma das preocupações centrais das populações metropolitanas brasileiras. A generalização de imagens da cidade como um ambiente violento e os sentimentos de medo e insegurança daí decorrentes têm implicações relevantes para as novas imagens da cidade, não mais associadas à utopia liberal da liberdade e da segurança, no Rio de Janeiro ou em Nova York, nem às velhas virtudes cívicas, como civilidade, segurança, trato e confiança. As cidades têm hoje suas imagens tomadas pela deterioração da qualidade de vida urbana [...]

Como resposta a tamanha e desmesurada violência, a sociedade atual não tem outra solução que não clamar pela segurança e pela paz¹⁰, o que tem como forte exemplo o movimento “Conquiste a Paz”¹¹ lançado em ato público na Praça

⁸ “Em qualquer pesquisa de opinião pública realizada atualmente no país, o quesito segurança recebe a maior votação, o que mostra que a população brasileira está não só preocupada, mas angustiada com o problema que, se antes ficava restrito aos becos das favelas e aglomerados e à periferia menos assistida pelo poder público, hoje já bate à porta de quem vive até mesmo em pequenos municípios e no meio rural, independentemente de classe social ou poder aquisitivo. A criminalidade e a violência - muitas vezes, gratuita – estão tornando a vida uma mercadoria que se leiloe ao bel-prazer da bandidagem.” (ESTADO DE MINAS. *Conquiste a Paz*. Belo Horizonte, n. 23.890, p. 1, 03 jun. 2007.)

⁹ DORNELLES (1999)

¹⁰ “Afirmções mais desesperadas, pedindo por socorro, exigindo medidas imediatas para terminar com a situação de insegurança, encontram-se na seção de cartas dos leitores de jornais, em geral pessoas da classe média que vivem atrás das grades de suas casas e condomínios ou dos vidros fechados de seus carros, mas não escapam das balas perdidas nem dos assaltos à mão armada.” (ZALUAR, 2006:216)

¹¹ “Conquiste a Paz. Atitude, já! Executivos da indústria e do comércio de mãos dadas com educadores, religiosos, artistas, esportistas, intelectuais, profissionais liberais e trabalhadores. Enfim, toda a sociedade estará representada hoje, na Praça do Papa, no ato público que marca o lançamento da campanha Conquiste a Paz, promovida pelos Associados Minas – Estado de Minas, TV Alterosa, Rádio Guarani, Portal UAI, Diário da Tarde, Aqui, Teatro Alterosa e Alterosa Cinevídeo. É o marco de uma atitude arrojada contra os níveis intoleráveis da violência e da corrupção. O movimento, sem data para terminar, parte de mudanças na cobertura da

do Papa, em Belo Horizonte – MG, pelos Associados Minas, em data de 17 de junho de 2007, com a seguinte preocupação:

No dia-a-dia do país, a questão da segurança pública ocupa amplo espaço na cartilha que trata da qualidade de vida da população. No espectro social desenhado hoje, a violência – que traz no seu bojo a banalização da vida – assusta até mesmo os mais experientes policiais, levando a todos inconformismo, revolta e clamor de justiça. Diariamente, a mídia registra crimes de todas as estirpes, atos bruscos e fatos em que se sobressaem a agressão ao direito de ir e vir e às pessoas de viverem em paz.¹² (ESTADO DE MINAS)

O exemplo não é o único. Em Brasília, no primeiro semestre de 2007, a ONG Rio de Paz, fundada no início do ano de 2007, logo após os ataques do crime organizado que assolaram a cidade do Rio de Janeiro deixando 19 mortos¹³, realizou um protesto silencioso pendurando 15 milhões de lenços na Esplanada dos Ministérios. No gramado em frente ao Congresso Nacional, cada pedaço de pano branco simbolizava a morte de uma pessoa assassinada no Brasil, nos primeiros quatro meses do ano. Além desse, a ONG Rio de Paz já realizou outros protestos de grande repercussão, colocando 700 cruces na praia de Copacabana, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, mil corpos no calçadão e, ainda, 1,3 mil rosas enterradas na areia dessa mesma praia.¹⁴

Assim, no limiar entre o século XX e o XXI, o medo não se reduz a uma mera consequência deplorável da radicalização da ordem econômica, mas pode sim ser visto como um projeto estético, que entra pelos olhos, pelos ouvidos e pelo coração. (MALAGUTI BATISTA, 2003:75)

E é esse medo, que atinge a sociedade contemporânea e que a consolida como uma sociedade de risco, que faz com que esta, conhecida como a sociedade da tecnologia, a sociedade da informação¹⁵, acabe lançando mão de todo um

criminalidade e vai dar suporte à população na reivindicação de programas concretos de combate ao crime, para devolver às praças e ruas sua destinação cidadã e para que Minas volte a respirar sem medo (...)”(ESTADO DE MINAS. *Conquiste a Paz*. Belo Horizonte, 17 jun. 2007. Caderno Gerais. p. 25.)

¹² ESTADO DE MINAS. *Conquiste a Paz*. Belo Horizonte, n. 23.904, p. 1, 17 jun. 2007.

¹³ De acordo com SALLES (2007), “(...) a segurança pública no Rio de Janeiro voltou a ser discutida nacionalmente na virada do ano, quando dezenove pessoas morreram e dezesseis ônibus foram incendiados em ataques atribuídos a traficantes. Também foram alvejadas cabines da Polícia Militar e delegacias de Polícia. (...)”

¹⁴MARIZ, Renata. *Protesto silencioso pela paz – ONG pendura 15 mil lenços na Esplanada dos Ministérios*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 31 mai. 2007. Nacional. p. 13.

¹⁵ Segundo GIDDENS (1991:11), “[...] no final do século XX, muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as ciências sociais devem responder e que está nos levando para além da modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição,

aparato tecnológico e instalando o que de mais comum se tem visto atualmente, o monitoramento dos cidadãos por câmeras, a videovigilância.

A vigilância eletrônica 24 horas por dia está longe de ser um simples objeto de ficção científica como no passado. A realidade demonstra um arsenal tecnológico de controle que inclui radares utilizados para flagrar motoristas desrespeitando as regras de trânsito, sensores capazes de apontar furtos de mercadorias em lojas, leitores digitais e de íris com senhas para abertura de portas, cruzamento de informações bancárias e fiscais que denunciam sonegação de impostos, identificação biométrica de suspeito de crimes e, ainda, monitoramento via satélite de presos em liberdade condicional. Além disso, cidadãos, principalmente dos grandes centros urbanos, vêem-se permanentemente cercados por câmeras nas ruas das cidades, em elevadores, portarias de prédios, bancos, padarias, locais de trabalho, supermercados e estações de metrô, apenas para citar alguns exemplos.

2.2

Sociedade de controle: a videovigilância

Os sistemas de vigilância eletrônica têm demonstrado um significativo crescimento em escala global nos últimos vinte anos, fato que representa uma mudança nas formas de organização social (BOTELLO, 2006:35). Até o final do século XX, um simples passeio pelas ruas da cidade, pelos parques, praças, calçadas, galerias, avenidas, poderia ser considerado algo extremamente trivial e de cunho eminentemente pessoal. Encontrar os amigos nesses espaços, caminhar aleatoriamente, apreciar vitrines e optar por fazer umas compras no shopping, no supermercado ou na padaria eram fatores comuns, momentos que permaneceriam intocados na esfera da vida privada. Já, agora, no início do século XXI, percorrer o mesmo trajeto expõe a imagem de cada um aos olhos atentos e vigilantes de centenas de câmeras, como bem expõe ROSA em sua pesquisa:

7 milhões de olhos ... É a estimativa de quantas câmeras de circuito fechado vigiam os espaços públicos no mundo. Na conta não estão incluídos os espaços privados. Só na Inglaterra, o país campeão absoluto da vigilância, são 4,2 milhões

alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a 'sociedade de informação' ou a 'sociedade de consumo') [...]"

de câmeras. Cada habitante de Londres é flagrado pelo menos 300 vezes por dia por esses artefatos. (ROSA, 2006:32)¹⁶

Seja no calçadão da praia, em uma praça, seja dentro de um elevador, de um banco ou de uma loja de departamentos, não importa, as pessoas estão envolvidas em uma teia de tecnologia tão disseminada que ainda não se deram conta ou não pararam para refletir que os hábitos mais banais do dia-a-dia são captados constantemente por lentes poderosas e vigilantes, ainda não se deram conta de que estão mais expostas do que nunca, que o mundo mudou e que muito mais do que uma virada de século estão vivendo uma mudança de Era, estão diante de uma nova unidade histórica: a Era da Tecnologia¹⁷, uma realidade que impõe um novo ambiente social.

Em muitos países europeus, por exemplo, o sistema público de videovigilância é o primeiro instrumento empregado para o monitoramento da população e como prevenção ao terrorismo, em especial pelo Reino Unido¹⁸. (NIETO, 1997)

Já nos Estados Unidos da América do Norte, enquanto na década de 90, no século passado, um grande número de jurisdições rejeitaram a instalação de um sistema de câmeras ou decidiram remover sistemas de vigilância já existentes, a orientação nacional no tocante às preocupações com privacidade e segurança enfrentou mudanças radicais neste país, em especial após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, levando a uma total reformulação nos sistemas de

¹⁶ Corroborando as informações apresentadas por ROSA (2006), um estudo do Comissariado de Informação do Reino Unido mostrou que o país está se transformando em uma verdadeira ‘sociedade de vigilância’, com cada habitante sendo filmado por cerca de 300 câmeras todos os dias. (RT INFORMA, 2006)

¹⁷ A tão conclamada Era da Tecnologia, esta Revolução Tecnológica, é muito bem descrita por ROSA (2006:95-96) quando observa que “(...) não é preciso ir muito longe. Olhe para frente, no teclado que você usa todos os dias, e tente avaliar a extensão da colossal explosão da internet. Olhe para cima e tente se lembrar da constelação impressionante de satélites em órbita sobre nossas cabeças, levando informações em escala cada vez maior de um lado para o outro do universo. Olhe para o chão e imagine a complexa trama de cabos e fibras óticas, onde trafegam mensagens de todo lugar para todo lugar. Olhe então à sua volta e constate que há centenas de milhões de câmeras, webcams, handcams, câmeras de vídeo profissionais e domésticas, com lentes instaladas em lugares antes improváveis que vão desde avenidas e túneis a recepções e elevadores. Isso sem contar a legião de microfones com ou sem fio, os celulares com ou sem máquina de fotografar ou filmar. (...)”

¹⁸ De acordo com um jornal inglês, se uma pessoa vai ao shopping, pega um trem, compra gasolina, vai ao correio ou ao banco, vai ao um jogo de futebol, entra em algum prédio, ou simplesmente caminha aleatoriamente pelas ruas da cidade, há uma grande chance de sua imagem ter sido gravada por inúmeras câmeras. Aparentemente, as pessoas notam a presença das câmeras, mas não demonstram preocupação quanto a elas. (NIETO, 1997)

segurança e, por conseguinte, a um aumento da videovigilância (SCHLOSBERG, OZER).

Na última década, segundo trabalho de NIETO (1997), a Grã Bretanha, a França, o Principado de Mônaco, a Espanha e outros países vêm cada vez mais depositando nos circuitos fechados de televisão (a videovigilância) a confiança para o alcance da segurança pública.

Segundo ROSA (2006:51), “(...) devido ao aumento da criminalidade, a Polícia do Rio de Janeiro instalou 16 câmeras em pontos estratégicos da orla. Elas são dotadas de alta definição e de lentes em zoom capazes de identificar e monitorar os transeuntes detalhadamente.”

E, ainda, apenas para considerar mais um exemplo, conforme atestado em reportagem divulgada pela Revista RT Informa,

(...) recentemente, a prefeitura de São Paulo – a exemplo do que vêm fazendo outras cidades de vários países – instalou um conjunto de 35 câmeras eletrônicas na região central da capital. Os equipamentos permitem captar detalhes de diversas ocorrências cotidianas. De acordo com as informações da administração municipal, a escolha dos locais para instalação das câmeras obedeceu a critérios que levam em conta fatores como a grande movimentação das pessoas, número de incidentes registrados e o fato de o lugar ser um ponto histórico ou turístico. Tudo em nome da segurança. (...) A intenção das autoridades paulistanas é fazer do sistema uma referência para outras cidades do Brasil, pela cobertura da área observada, qualidade das imagens, capacidade de aproximação para ver detalhes das cenas e intervenção imediata. Além das ruas, os cidadãos modernos vivem cercados de câmeras em muitos outros lugares, como elevadores, portarias de prédios, bancos, supermercados e estações de metrô, para citar alguns exemplos bastante conhecidos. Trata-se de uma tendência mundial. (...) (RT Informa, 2006)

A tecnologia é produto do homem e da sua cultura, portanto destinada a relacionar-se com ele. Como enfatizado por ROSA (2006:54), “... não estamos vivendo uma revolução qualquer nesses primórdios do século XXI: vivemos uma revolução que se autoproclama Revolução Tecnológica”. Sendo assim, o desenvolvimento da tecnologia e, nesta discussão, o monitoramento dos cidadãos através de câmeras, a videovigilância, geram uma sociedade de controle criando novas relações a serem reguladas pelo Direito. A influência tecnológica é certa, é fato! E, tantas mudanças acabam por refletir-se nos eixos de equilíbrio na equação poder – informação – pessoa – controle, o que implica dizer que o problema passa a ser não o advento da tecnologia, mas, sim, se ela surge para garantir a segurança, a forma como ela impacta sobre os direitos fundamentais, especialmente sobre a privacidade, e como o direito a absorve.

As tecnologias desenvolvidas na segunda metade do século XX representam atualmente um papel de peso na construção de novas formas de controle social, o que poderia ser denominado de uma “revolução do controle”, na qual principalmente há um incremento na capacidade de coleta de informação com seu conseqüente processamento e manejo. (BOTELLO, 2006:36)

Torna-se imprescindível, portanto, no momento atual, a manutenção de certa distância dos acontecimentos diários a fim de perceber neles o quanto o modo de ver e ser visto pelas pessoas sofreu uma grande transformação nos últimos anos em decorrência da disseminação da tecnologia. Faz-se mister perceber o quanto a realidade concreta, objetiva e diária, lança sobre todos novos desafios e impõe novos perigos e riscos, além de impor também uma nova forma de percepção e de atitude do homem diante desta Revolução Tecnológica, uma vez que não faz dez anos que o mundo passou a viver de uma forma preponderantemente diferente, em uma nova Era (ROSA, 2006).

Mais do que um “Gran Hermano”, um “Big Brother”, um “Grande Irmão”, com seu permanente olhar vigilante sobre a sociedade, percebe-se a existência de “pequenos irmãos” que crescem a cada dia associando-se e comunicando-se entre si, uma vez que os sistemas atuais de vigilância estão cada vez mais conectados e coordenados entre si. (BOTELLO, 2006:37)

A inovação está avançando em uma velocidade tão avassaladora que obriga os operadores das Ciências Sociais, do Direito, da Filosofia e outras ciências afins a imprimirem uma velocidade ainda maior no intuito de reavaliar e renovar os condicionamentos dos indivíduos¹⁹, a fim de evitar desdobramentos ainda mais surpreendentes e potencialmente mais devastadores²⁰.

¹⁹ No texto de PIERET sobre a sociedade de risco, por exemplo, o autor ressalta a necessidade cada vez maior de uma exigência reflexiva no futuro da regulação jurídica, de uma renovação das formas e da natureza da regulação jurídica, menos adstrita a um direito substancial e mais adstrita a um direito institucional, pois em certas situações torna-se impossível a previsão de uma regulação definitiva. O Direito, enquanto uma única ciência, não terá êxito em dar respostas satisfatórias ao tratamento dos riscos que se desdobram dos instrumentos de transparência e de democracia no cotidiano da sociedade, devendo, pois, desenvolver mecanismos que permitirão melhor acolher as exigências da população e refletir os conhecimentos das demais Ciências.

²⁰ Ressaltando a velocidade avassaladora das mudanças no atual processo histórico, GIDDENS (1991:14-15) dispõe que “os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes.[...] As civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas

A insegurança e violência constante e, por conseguinte, a videovigilância permanente e o controle sobre os cidadãos são fatores que devem levar à Ciência os questionamentos ora levantados:

Será que as vidas humanas passarão a fazer parte de um permanente “Show de Truman”²¹, onde os espaços urbanos acabam sendo convertidos sistematicamente em territórios de observação e vigilância, em um contínuo programa de televisão no qual a cidade é um enorme cenário com câmeras por todas as partes?

Em 1949, George Orwell escreveu uma novela futurista chamada “1984”, na qual desenhou um mundo sem privacidade, onde as autoridades governamentais monitoravam as atividades dos cidadãos valendo-se de um vasto aparato tecnológico. A perda da privacidade moldou esta sociedade, permitindo ao governo o exercício do controle sobre todos os aspectos da vida individual. Será que a sociedade vigiada e monitorada de ORWELL²²⁻²³ passará de mera ficção para realidade?

Segundo BAUMAN (2001:34-35), no momento em que foi escrito, o livro de Orwell era o mais completo e canônico inventário dos medos e apreensões que pairavam sobre a modernidade em seu estágio sólido, seu estágio inicial e hoje seus presságios e diagnósticos trazem um “1984” real para a sociedade contemporânea, para a modernidade que ele ressalta como líquida, com a necessidade de um debate público amplamente considerado.

E mais, buscando, ainda, exemplos na ficção científica, em “Minority Report”²⁴, filme exibido em 2002, três humanos adquirem a capacidade de ver o

que outros sistemas pré-modernos, mas a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema”. E, ainda, segundo o mesmo autor “o mundo moderno é um ‘mundo em disparada’: não só o ritmo da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores”. (GIDDENS, 2002:22)

²¹ Truman é o personagem de Jim Carrey, no filme de Peter Weir, “O show de Truman”, de 1998. Funcionário público de uma pequena cidade norte-americana, Truman “descobre ser o herói de um programa de televisão permanente e de 24 horas por dia: a cidade em que vive é na verdade um enorme cenário em que as câmeras o seguem por toda parte.” (ZIZEK, 2003:27)

²² ORWELL, George. 1984. [Tradução de Wilson Velloso]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

²³ “There was of course, no way of knowing whether you were being watched at any given moment ... you had to live, did live, from habit that became instinct, in the assumption that every sound you made was overheard, and, except in darkness, every movement scrutinized.” (ORWELL, 2004)

²⁴ “Minority Report” é um filme de Steven Spielberg, exibido em 2002, baseado em um conto de Philip K. Dick (ZIZEK, 2003:9)

futuro e prever seus atos levando uma sociedade a prender seus criminosos antes mesmo que cometam qualquer tipo de crime. Será que a sociedade atual está tão distante assim deste tipo de controle estatal?

Já “Matrix”, filme exibido em 1999, consegue chegar ao ponto máximo de uma realidade virtual. A realidade material vista e sentida por todos é de fato gerada e coordenada por um megacomputador ao qual todos estão conectados. No desenrolar da trama, o herói acorda na realidade real e se vê diante de uma paisagem desolada e cheia de ruínas carbonizadas, sendo aquilo tudo o que sobrou de Chicago após uma guerra mundial. Nesse momento, um outro personagem, o líder da resistência, apresenta-lhe uma saudação: “Bem-vindo ao deserto do real”. (ZIZEK, 2003:29) Será que está tão distante assim essa realidade virtual?

Claro está que a construção de um pensamento científico não pode estar fundada em suposições oriundas da ficção científica. Não há como retirar das telas de cinema ou das páginas de um romance um fundamento jurídico, político ou mesmo social para demonstrar os riscos inerentes a uma sociedade de controle. No entanto, não há como negar que, apesar de ainda não existir uma sociedade completamente privada de seu direito à intimidade ou vida privada e um Estado com o total controle sobre a vida individual de seus cidadãos, o aparato tecnológico imaginado por ORWELL (2004) já está impregnado no dia-a-dia de todos, nesta nova Era Tecnológica.

Não há, ainda, como fechar os olhos à catástrofe gerada pelo ataque terrorista às torres gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque na agora inesquecível data de 11 de setembro de 2001! Fazendo coro ao pensamento de ZIZEK (2003:31): “(...) o que devíamos ter-nos perguntado enquanto olhávamos para os televisores no dia 11 de setembro é simplesmente: onde já vimos esta mesma coisa repetida vezes sem conta?” Resposta: nas telas de cinema transmitidas ao mundo pelas fantásticas lentes de Hollywood que, entretanto e infelizmente, dessa vez era real. Tão real e tão fantástico ao mesmo tempo que o próprio Pentágono, após os ataques terroristas de 11 de setembro, decidiu convocar um grupo de autores e diretores de Hollywood, especialistas em filmes-catástrofe, para colaborarem com o governo americano na então incipiente guerra contra o terrorismo, imaginando possíveis cenários de ataques terroristas e a forma de lutar contra eles. (ZIZEK, 2003:30)

Desta maneira, não há como desprezar por completo os enredos virtuais que chegam às telas de cinema ou ao mundo da ficção, sendo que um olhar cauteloso sobre o real hoje se torna imprescindível a fim de evitar a experiência de um universo cada vez mais virtualmente construído e permanentemente controlado.

E assim, a expansão de sistemas eletrônicos de vigilância, principalmente a videovigilância, não pode ser relegada a um mero acostumar-se com a sua existência e presença constante. De acordo com o posicionamento de BOTELLO (2006:37), a vigilância pode ser vista de duas formas: por um lado há uma busca na redução dos riscos de roubo, fraude, seqüestros e acidentes, no entanto, ao mesmo tempo, é permitida a organização de informação sobre certos grupos sociais e também dos indivíduos que pode, por fim, ser utilizada justamente com o intuito de controlar e administrar esses próprios indivíduos e grupos. Assim, é fundamental observar como esses riscos são definidos e pensados por parte das autoridades governamentais, dos setores sociais e privados porque, por trás de um controle dos riscos da violência e de uma busca da redução da insegurança, os sistemas de vigilância estão relacionados com um controle social²⁵.

Analisando esta aclamada Revolução Tecnológica, e ainda os sistemas de vigilância dela decorrentes, ROSA (2006:88) acaba fazendo referência a um *Homo Bytens*, dando a ele as boas vindas ao ecossistema digital. Esse *Homo Bytens*, assim, que vive em uma sociedade de risco e violenta, lança mão de toda a tecnologia e implanta milhões de olhos vigilantes (câmeras) no intuito de garantir a segurança e o bem-estar de cada um no âmbito de sua vida individual e na convivência com a coletividade. No entanto, ao fazer isso, aproxima-se ou mesmo incorpora a visão de ZIZEK (2003: 90,103) sobre um *Homo Otarius* que, ao tentar manipular os outros, acaba ele próprio sendo o verdadeiro explorado; ao começar uma luta contra a Igreja em nome da liberdade e da humanidade, acaba por abrir mão da própria liberdade e da humanidade para que possa, enfim, lutar contra a Igreja.

²⁵ Tanto é assim que é preocupante verificar que, longe da discussão sobre o combate à violência que atinge as ruas e espaços públicos dos grandes centros urbanos, a videovigilância já vem sendo utilizada também para outras finalidades como, por exemplo, no Colégio Santa Tereza, no bairro Santa Tereza, na região leste de Belo Horizonte – MG. Esta escola está sendo equipada com câmeras de vídeo, sendo que, no total, serão instaladas 34 câmeras em todas as suas salas e cômodos. Os pais receberão *login* e senha, e poderão acompanhar a sala de aula do filho e as áreas comuns da escola, como os pátios. A novidade das câmeras vigiando crianças de zero a dez anos de idade na sala de aula já começa a vigorar a partir de março de 2008 (PENA, 2008).

Este *Homo Otarius*, buscando um paralelo em ARENDT (2007:164), por sua vez se assemelha ao *Homo Faber*. É este *Homo Faber*, fazedor de instrumentos, inventor de utensílios e ferramentas para a construção do mundo, inserido em um sistema capitalista e bem no início da era moderna, com o intuito de servir ao processo vital humano, que depara com a seguinte questão: são os homens senhores ou escravos de suas máquinas? E, ainda, as máquinas criadas para servir ao mundo e às coisas do mundo de fato cumprem a sua finalidade ou essas mesmas máquinas e seus processos automáticos passaram a dominar e destruir o mundo e suas coisas? Ele cria instrumentos para servi-lo e acaba sendo escravo de seu próprio instrumento. Ele inventa máquinas para construção do mundo e suas coisas, no entanto, passam a ser instrumentos de destruição e dominação.

Traçados estes paralelos tem-se que o *Homo Bytens* (ROSA, 2006), portanto, deve estar atento para não agir como os guerreiros liberais que, ansiosos para lutar contra o fundamentalismo antidemocrático, são capazes de eliminar os próprios valores democráticos e sacrificar a liberdade caso seja necessário para lutar contra o terrorismo (ZIZEK, 2003:104). Se o *Homo Bytens* para controlar uma sociedade de risco e garantir segurança aos cidadãos acabar controlando a si próprio através de uma sociedade de controle e vigilância que ele mesmo instituiu, acabar entregando a sua privacidade, a sua liberdade de atuação espontânea em espaços públicos ao olhar vigilante de milhares de câmeras, ele nada mais será do que um autêntico *Homo Otarius*, ou nada mais fará do que repetir em pleno século XXI, a realidade do *Homo Faber* dos séculos XIX e XX.

O cotidiano urbano atual criado pelo *Homo Bytens*, repleto de câmeras em seus espaços públicos, reflete de certa forma o sistema panóptico de BENTHAM²⁶, muito bem explorado por FOUCAULT²⁷, no qual os indivíduos não vêem, mas têm a sensação de estarem permanentemente sendo vistos, vigiados e controlados. Assim, algumas características do poder disciplinar, que desde o começo do século XIX foi regularmente utilizado como processo de

²⁶ BENTHAM, Jeremy. *O Panótico*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

²⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. [tradução: Raquel Ramalhet]. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

individualização para marcar exclusões, pode ser identificado neste início do século XXI.

Nos séculos XVII e XVIII, um fenômeno importante, qual seja, o poder disciplinar, surge com a invenção de uma nova mecânica de poder com procedimentos e instrumentos específicos e totalmente novos, sendo absolutamente incompatível com as relações de soberania. Surge um outro tipo de poder, desta vez exercido continuamente através da vigilância, supondo um sistema minucioso de coerções materiais, e não a existência física do soberano. Esse novo poder é, portanto, uma das grandes invenções da sociedade burguesa, sendo instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe corresponde.

Assim, para GIDDENS (2002:139-140) na fase de decolagem do período moderno, surgem diversos conjuntos de influências, das quais a aceleração dos processos de vigilância, de certa forma, se torna o mais importante, principalmente com a radicalização e globalização das instituições modernas, valendo observar que o crescimento das capacidades de vigilância é o principal instrumento de controle da atividade social por meios sociais e que, onde a vigilância é altamente desenvolvida, as condições de reprodução social tornam-se cada vez mais automobilizadas.

O poder disciplinar, dessa forma, acaba sendo um investimento político e detalhado do corpo, uma nova microfísica do poder que, a partir do século XVII, não cessa de ganhar mais e mais espaço. As disciplinas são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças, impondo-lhe uma relação de docilidade-utilidade, uma verdadeira relação de dominação. Trata-se aqui de impor ao corpo limitações, proibições e obrigações, trabalhando-o detalhadamente e exercendo sobre ele uma coerção sem folga sobre movimentos, gestos, atitude e rapidez.

Esse poder foi instalado no asilo psiquiátrico, na penitenciária, na casa de correção, no estabelecimento de educação vigiada e nos hospitais de um duplo modo: com a divisão binária e a marcação de louco - não louco, perigoso - inofensivo, normal - anormal e também com a repartição diferencial e a determinação coercitiva de “quem é”, “onde deve estar”, “como caracterizar”, “como reconhecer” e, principalmente, “como exercer de maneira individual uma

vigilância constante”. Nesse sentido, a figura arquitetural dessa composição é o Panóptico de Bentham, princípio conhecido por uma construção em anel na periferia e uma torre no centro, vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel. Nesse sistema disciplinar, a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção, sendo que essas celas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre, e outra para o exterior, permitindo que a luz atravessasse a cela de lado a lado. Dessa forma, a vigilância se torna fácil, pois basta colocar um vigia na torre central e em cada cela trancar um louco, ou um doente, ou um condenado, um operário ou um escolar, que, pelo efeito da contraluz, esse vigia poderá perceber, sem sequer se deslocar da torre, os movimentos e comportamento de cada um em suas respectivas celas. A visibilidade acaba sendo uma armadilha. (FOUCAULT, 2006:165-166)²⁸

O Panóptico surge para dissociar o entendimento do que seja “ver - ser visto”, pois no anel periférico o indivíduo sempre é visto, sem nunca poder ver, e já na torre central vê-se tudo, sem nunca ser visto. Há que se ressaltar que esse indivíduo que não é capaz de ver, mesmo que não esteja sendo observado em um determinado momento, sempre tem a certeza de que ao menos pode estar sendo visto, portanto a vigilância será permanente em seus efeitos, apesar de poder ser descontínua em sua ação e essa, segundo FOUCAULT (2006:166), é a garantia da ordem. Para ele, no panoptismo os condenados não se rebelam, não há perigo de complô nem de tentativa de evasão coletiva; não há risco de contágio entre os doentes; não há violências recíprocas entre os loucos, nem cola, barulho ou conversa entre as crianças na escola; entre os operários não há roubos nem conluíus e tudo isso graças aos mecanismos de observação e vigilância implantados como uma espécie de laboratório do poder, intensificando qualquer aparelho de poder.

As disciplinas, ou melhor, o poder disciplinar permite o controle minucioso das operações do corpo impondo-lhe uma relação de docilidade-

²⁸ Assim, de acordo com as colocações de BAUMAN (2001:16), Foucault se valeu muito bem do panóptico de Bentham como uma arquetípica do poder moderno, deixando os internos “[...] presos ao lugar e impedidos de qualquer movimento, confinados entre muros grossos, densos e bem-guardados, e fixados a suas camas, celas ou bancadas. Eles não podiam se mover porque estavam sob vigilância; tinham que se ater aos lugares indicados sempre porque não sabiam, e nem tinham como saber, onde estavam no momento seus vigias, livres para mover-se à vontade.”

utilidade, tornando-se, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, uma fórmula geral de dominação apta a fabricar corpos submissos. A disciplina fabrica, pois, indivíduos perfazendo uma técnica específica de poder que os toma como objetos e, ao mesmo tempo, como instrumentos de seu exercício. Tal exercício pressupõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar, um instrumento através do qual as técnicas que permitem ver conduzam a efeitos de poder e, em contrapartida, os meios de coerção tornam visíveis aqueles sobre quem se aplicam. (FOUCAULT, 2006:117-119,143)

Pode-se observar que as estruturas panópticas são leves, sem grades, sem correntes, sem estruturas pesadas, sem o recurso à força para obrigar o detento ao bom comportamento. Não há armas, violência física ou coação material, pois no panóptico bastam separações bem nítidas e aberturas bem distribuídas que permitam levar o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas e agora, na sociedade contemporânea, o transeunte ao controle do seu comportamento pela simples sujeição a um sistema constante de vigilância e isolamento.

BAUMAN (2001:17-18), analisando o panoptismo, apresenta uma série de desvantagens e anuncia o fim desse sistema na sociedade que ele denomina de pós-moderna, ou que vive uma segunda modernidade, a sobremodernidade, ou conforme GIDDENS (2002), a alta modernidade. Alega traduzir este sistema em uma estratégia cara em decorrência da conquista do espaço e sua manutenção, com a manutenção dos edifícios em bom estado, contratação e remuneração de vigias profissionais, assim como a manutenção dos internos em seus espaços vigiados, abarcando a necessidade de execução de uma série de tarefas administrativas custosas e complicadas. Anuncia, ainda, o fim do panoptismo como o fim da era do engajamento mútuo entre supervisores e supervisados, capital e trabalho, líderes e seguidores ou exércitos em guerra, pois o poder se tornou de fato extraterritorial, não mais limitado pelo espaço e apto a se mover com a velocidade de um sinal eletrônico. Não importa mais quem dá a ordem, haja vista que a diferença entre próximo e distante está prestes a desaparecer, e os detentores do poder podem agora se livrar dos aspectos irritantes e atrasados da técnica do poder do Panóptico.

No entanto, o presente trabalho busca demonstrar que não há de se falar em fim do panoptismo. Pode-se até afirmar que o panoptismo nos exatos moldes

dispostos por FOUCAULT (2006) pode até ter encontrado o seu fim, sendo válida a crítica de BAUMAN (2001), mas a sua essência permanece. A essência de uma vigilância permanente encontra-se cada vez mais presente na sociedade contemporânea e agora não mais restrita a espaços como escolas, hospícios e penitenciárias, mas sim abrangendo diversos espaços públicos e privados por onde circulam os indivíduos que têm a sensação de estarem constantemente vigiados, de estarem sendo vistos, sem que possam ver²⁹.

Para tanto, é válido observar um exemplo citado pelo próprio BAUMAN (2001:133-134) acerca da planta de “Willow Run” da General Motors em Michigan, tida como um lugar no qual a lógica do poder e a lógica do controle baseavam-se na estrita separação entre o que está dentro e o que está fora, com uma vigilante defesa da fronteira entre eles. Um local onde a rotinização do tempo era capaz de mantê-lo como um todo compacto e sujeito a uma lógica homogênea. Um tempo rotinizado que se aliava aos altos muros de tijolos arrematados por arame farpado ou cacos de vidro e portões bem-guardados com o intuito de proteger o local contra intrusos. Esse modelo se aplica bem ao que poderia ser chamado de “fábrica fordista”, um modelo cobiçado e avidamente seguido da racionalidade planejada no tempo da modernidade pesada.

O início da era moderna, portanto, foi impregnado de uma tendência ao totalitarismo, criando uma modernidade pesada, sólida, condensada, sistêmica, uma sociedade totalitária com uma homogeneidade compulsória, imposta e onipresente. Tal modernidade era contrária à contingência, à variedade e à ambigüidade, tendo como um dos seus principais ícones a mencionada “fábrica fordista” capaz de reduzir as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros

²⁹ Dentro de um panoptismo que poderia se enquadrar na alta modernidade é válido mencionar, a título de exemplificação, a atual discussão pela busca de soluções no sistema prisional brasileiro. Desta feita, o Ministério da Justiça formou uma comissão ligada ao Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN que está percorrendo cadeias de todo o país com o objetivo de elaborar um Plano Diretor do Sistema Penitenciário, na tentativa de encontrar soluções para uma melhor gestão do mesmo. Encontra-se em estudo, além da construção de novos estabelecimentos prisionais, a liberação de presos cujos crimes são considerados menos graves. Isso, no entanto, exigiria um acompanhamento e fiscalização dos detentos, mas como não há funcionários suficientes, a sugestão levantada é a de que os condenados usem pulseiras eletrônicas e sejam fiscalizados “eletronicamente” enquanto estiverem em liberdade. No Estado de Minas Gerais a idéia é a mesma só que no lugar de pulseiras, está sendo testado o monitoramento eletrônico através de tornezeleiras que, uma vez presas aos pés dos presos do regime semi-aberto, permitem que a direção do presídio saiba, através de ondas de rádio, onde ele está quando fora da unidade. (*Em busca de soluções.* Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/prisoes8.htm>. Acesso em 02/02/08) (grifos nossos)

e predeterminados, movimentos que refletiam obediência e que eram mecanicamente seguidos, excluindo toda manifestação espontânea e iniciativa individual. (BAUMAN, 2001:34)

A sociedade contemporânea não vive mais o modelo fordista como um modo de produção, não vive mais a era da modernidade pesada, o trabalho de fato se livrou do panóptico, desta vigilância com muros, arame farpado e cacos de vidro. A vida das gerações de hoje está enquadrada em uma modernidade leve, a modernidade contemporânea é fluída, líquida ou liquefeita, difusa. No entanto, esta mesma sociedade contemporânea, apesar de estar diante de uma modernidade leve, caracterizada pela fluidez das relações capital e trabalho, supervisores e supervisionados, tempo e espaço (BAUMAN, 2001), não está livre do panoptismo, ou pelo menos não está livre de um panoptismo redesenhado, repaginado, uma vez que a vigilância, aplicada agora por outras razões (garantia da segurança) e com outros mecanismos (a videovigilância), é de igual forma capaz de proporcionar a rotinização e homogeneização do comportamento dos indivíduos, não só dentro dos muros de uma determinada indústria, mas em diferentes espaços públicos e privados. Quando BAUMAN (2001:34) cita, na modernidade sólida, o panóptico com suas torres de controle e com os internos que nunca podem contar com os lapsos de vigilância dos supervisores e, ainda, o Grande Irmão que não cochila e está sempre atento, sendo rápido e eficiente em premiar os fiéis e punir os infiéis, tal realidade está de forma intensa inserida na fluída modernidade contemporânea.

Assim, pode-se afirmar, segundo ALVES (2007) que a sociedade disciplinar, fundada na organização dos grandes meios de confinamento como a família, a escola, a caserna, a fábrica, o hospital e a prisão, passou por uma crise. Desta feita, tais sociedades disciplinares, logo após a Segunda Grande Guerra Mundial, foram substituídas por um novo modelo, sendo constituídas novas formas de sociabilidade e de subjetividade que marcaram a passagem para uma sociedade de controle. Nesta, surgem novos mecanismos de vigilância com poder suficiente para tornar o indivíduo incapaz de esboçar qualquer reação.

O sistema panóptico, com seu controle feito por meio de uma visibilidade total e permanente dos indivíduos é vivido de forma plenamente ativa pelas sociedades contemporâneas, no entanto, existem atualmente novas formas de controle implementadas pelas novas tecnologias, incluindo neste raciocínio a

utilização de sistemas de patrulhamento vídeo-monitorados, ou seja, a videovigilância generalizada em espaços públicos e privados. Sendo assim, enquanto na sociedade disciplinar o observador encontra-se presente em tempo real, observando e vigiando os indivíduos, na sociedade de controle a vigilância torna-se rarefeita e virtual. Todavia, tanto em uma quanto em outra o efeito causado nos indivíduos parece o mesmo, pois são ao mesmo tempo visíveis e incapazes de serem vistos, sentindo-se controlados pela força penetrante do olhar. (ALVES, 2007)

Desta feita, atentos à realidade material, ao “deserto do real” de uma videovigilância permanente em pleno século XXI, em uma sociedade que vem se estruturando como uma sociedade de controle, é válido mencionar as colocações do próprio FOUCAULT quando esclarece que

Lentamente, no decorrer da época clássica, são construídos esses “observatórios” da multiplicidade humana para as quais a história das ciências guardou tão poucos elogios. Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo. (FOUCAULT, 2006:143-144)

Se, como colocado por FOUCAULT, a história das ciências guardou tão poucos elogios para os observatórios da época clássica, imagine os perigos que não escondem agora os observatórios da Era da Tecnologia com seus mais de sete milhões de olhos plantados permanentemente sobre o comportamento humano. Ao aplicar à multiplicidade de indivíduos que transitam pelos espaços públicos e também privados o sistema panóptico, a fim de garantir um comportamento que possa minar a sociedade de risco e trazer de volta a segurança ou ao menos uma sensação de segurança, esta multidão que funciona como um local de múltiplas trocas, de individualidades que se fundem, de efeito coletivo, acaba sendo tolhida e, na pior hipótese, abolida.³⁰

³⁰ Fazendo um paralelo entre o sistema panóptico e as constantes placas de aviso “Sorria você está sendo filmado”, é válido mencionar o posicionamento de SAYÃO (2007), ao dizer que “(...) bem, os tempos mudaram. As placas com o citado aviso se multiplicaram e as câmeras também, como um sinal visível de que vivemos numa sociedade de controle. Entretanto, as câmeras registram também o descontrole das pessoas e a desorganização do espaço social compartilhado. (...)”